

EDUCAÇÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Jacimara Moura Mendes

Estudante do curso de Pedagogia – *Campus XII/UNEB*
E-mail: jaky_mendes@hotmail.com

Jamile de Souza Soares

Estudante do curso de Pedagogia – *Campus XII/UNEB*
E-mail: jamsouza_2016@hotmail.com

Jany Rodrigues Prado

Mestra em Educação UESB. Professora do *Campus XII/UNEB*. Pesquisadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE) Coordenadora da Educação Básica (Guanambi-BA).
E-mail: janyrprado@yahoo.com.br

Sandra Alves de Oliveira

Doutoranda do PPGE/UFJF. Professora do *Campus XII/UNEB*. Pesquisadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE)/UNEB e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GREPEM)/UFJF. Professora da Educação Básica (Candiba-BA).
E-mail: saoliveira@uneb.br

Resumo: Este artigo se constitui em um relato de experiência de estágio realizado em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Guanambi-BA. Tem como objetivo discorrer sobre uma experiência de estágio. Para isso enfatizaremos a importância do planejamento pedagógico que considera o protagonismo do aluno e que seja pautado no diálogo, como sugere Freire (1989). O estágio aconteceu em uma sala de alfabetização de Jovens e Adultos em uma escola do município de Guanambi-BA, que oferta todo o Ensino Fundamental e EJA. A partir da experiência da docência nessa turma foi possível concluir que a EJA se trata de uma modalidade de educação que requer um trabalho educativo que considere as especificidades do público alvo, e isso implica em considerar questões como: o perfil heterogêneo dos alunos, os diferentes sentidos atribuídos à escola, os conhecimentos de mundo já adquiridos e, principalmente, a realidade na qual o aluno Jovem e Adulto está inserida. Essas e outras questões recaem na necessidade de formação do professor para lidar com as diversas exigências impostas a essa modalidade de educação. Além disso, foi possível concluir que o estágio é um momento importante na formação do pedagogo, visto que, além de ser um momento de pesquisa, é também uma oportunidade de relacionar os conhecimentos teóricos com a prática cotidiana escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Planejamento pedagógico. Formação docente.

Introdução

Este artigo tem como objetivo relatar uma vivência de estágio na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que se desenvolveu em duas etapas: observação coparticipante e intervenção. Ao relatar a experiência, buscaremos refletir sobre o planejamento pedagógico e como esse deve ser pensado considerando as especificidades dessa modalidade de educação. O estágio ocorreu em uma turma que se denominava Estágio I do Primeiro Segmento, equivalentes a 1º e 2º série, situada em uma escola do município de Guanambi-BA, que oferta o Ensino Fundamental e EJA.

A motivação para escrever sobre essa experiência de estágio parte a princípio da percepção que tivemos, enquanto estagiárias, nos momentos de observação coparticipante e intervenção acerca das características e especificidades da Educação de Jovens e Adultos. Percebemos que a turma apresentava um perfil heterogêneo, necessitando, portanto, de um planejamento pedagógico que considerasse as especificidades dos alunos, para produzir uma aprendizagem mais significativa. Destacamos que o planejamento foi elaborado a partir das Diretrizes Nacionais para a EJA e embasado no pensamento de autores como Paulo Freire (1989 e 2011), Feitosa (1999) e Piconez (2002).

As discussões apresentadas neste estudo refletem uma concepção de educação que considera o ato de educar como um ato político, ou seja, com vista à formação de um cidadão crítico e consciente de seu papel na sociedade. Fundamentadas nessa concepção de educação elaboramos o planejamento pedagógico. A proposta de intervenção foi pensada a partir das informações produzidas no período da observação como necessidades da turma.

A EJA é uma modalidade de educação complexa, o que possibilita debates e reflexões sem esgotar contribuições. Nesse sentido, este artigo pretende contribuir para pensar questões relativas à EJA, mais especificamente sobre o planejamento pedagógico, bem como contribuir com a formação de professores que atuam nessa área, na medida em que relata experiências desenvolvidas em sala de aula.

Este artigo se divide em duas seções, a primeira situa a EJA no contexto brasileiro, incluindo legislações que amparam essa modalidade de educação. A segunda seção é o relato da experiência de estágio que se encontra subdividida em: o momento da observação, o planejamento pedagógico e a intervenção.

2 A Educação de Jovens e Adultos no contexto da educação brasileira

A educação de jovens e adultos se constitui em uma modalidade da educação básica, ou seja, se difere da educação regular por apresentar características próprias. Ela se destina aos jovens e adultos que por algum motivo não foram alfabetizados no período regular, tendo, portanto, uma dívida com esses sujeitos.

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (BRASIL, 2000).

A partir do que foi exposto pelas diretrizes, podemos compreender que a EJA possui uma função social, que é de reparar os danos causados pela privação da escolarização. Um dos danos causados inclui o fato de muitos Jovens e Adultos terem sido privados de possuírem o domínio de instrumentos como a leitura e escrita, sendo, de certa forma, privados também de uma formação cidadã. Isso porque em uma sociedade letrada como a nossa, o domínio desses instrumentos se constituem como forma de poder, ou seja, ser ou não alfabetizado implica em ocupar espaços sociais determinados por tais condições.

Nesse sentido a EJA foi pensada devido ao fato do acesso à escolarização no Brasil ser carregado de problemáticas que impossibilitam/privam que algumas pessoas sejam alfabetizadas ainda quando criança. Essas problemáticas são diversas e podem ser desde a desigualdade social e a necessidade de trabalhar ao invés de estudar, até as dificuldades enfrentadas no próprio ambiente escolar, levando assim a não escolarização desses sujeitos.

Sabendo disso é importante pensar em quem são de fato esses Jovens e Adultos privados da escolarização. A esse respeito diz Jaqueline Moll (2004)

[...] homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que os afastaram da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber os rudimentos da escrita já é suficiente” ou, ainda, pela seletividade construída internamente na rede escolar que produz, ainda hoje, itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações-limite nas quais o tempo de infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias (p. 11).

Percebemos, então, que o público dessa modalidade de educação é composto por pessoas que, de uma forma ou de outra, foram privadas do acesso à escolarização e por aqueles que adentraram nos espaços escolares, mas tiveram uma vida escolar truncada. Saber disso é

importante para romper com os estigmas e preconceitos que pairam sobre a educação de Jovens e Adultos. Sem compreender a trajetória de vida de cada aluno fica impossível pensar uma educação que faça sentido para a vida desses sujeitos, pois sempre poderão estar sendo culpabilizados por estarem na condição de não alfabetizados.

Sobre as legislações brasileiras que amparam essa modalidade de educação tem-se a Constituição Federal do Brasil/1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). Na Constituição incorpora-se o princípio de que toda e qualquer pessoa tem direito à educação e em seu artigo 208 (Inciso I) especifica que o atendimento deve ser gratuito a todos, inclusive os que não tiveram acesso na idade própria. A LDB também reafirma a EJA como modalidade da educação básica e detalha como os estabelecimentos de ensino devem oferecê-la, de modo a assegurar o seu acesso.

Ainda sobre as legislações, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB 1/2000) trazem de forma mais detalhada como deve ser a oferta dessa modalidade de educação. No documento consta que

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio[...] (BRASIL, 2000).

É notória a importância evidenciada no documento de se levar em consideração, na proposta pedagógica, a diversidade das turmas de EJA. Diversidade essa, que já é característica dessa modalidade, no que se refere, dentre outros aspectos, aos perfis dos estudantes, suas faixas etárias, níveis de alfabetização e principalmente trajetórias de vidas marcadas pela exclusão escolar. Os princípios salientados no parecer dizem respeito à oferta igualitária dos componentes curriculares, a adequação destes componentes de acordo com a realidade e a valorização dos conhecimentos já adquiridos pelos estudantes.

A partir das orientações propostas pelos documentos que amparam essa modalidade de educação a proposta pedagógica foi pensada e desenvolvida no momento da intervenção. A seguir será relatada a experiência do estágio realizada na turma de Jovens e Adultos já citada. Essas vivências demonstram como o planejamento e a intervenção pedagógica para esses sujeitos foi pensada, considerando a legislação pertinente e as especificidades da turma.

3 Uma experiência de estágio na educação de jovens adultos

3.1 A observação

Esta seção traz um recorte das experiências vivenciadas no estágio, requisito do componente curricular Pesquisa e Estágio III- Anos Iniciais do Ensino Fundamental- do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia, *Campus XII*. O estágio ocorreu em uma turma de EJA, em uma escola municipal de Guanambi-BA. Este foi vivenciado por nós, duas estagiárias, estudantes de Pedagogia. O estágio foi dividido em duas etapas, no primeiro momento fizemos a observação coparticipante, em três semanas, e posteriormente a intervenção, também com duração de três semanas.

No período de observação, além de observar o cotidiano da turma, auxiliamos a professora nos momentos solicitados por ela e pelos alunos, realizando atividades de coparticipação. Percebemos assim que a turma era bem diversa, pois existiam estudantes de diferentes faixas etárias, desde jovens de 17 anos até senhores de 40 e 50 anos. A turma era composta por nove alunos, dentre eles quatro mulheres e cinco homens, apresentando, assim, um número bem reduzido de estudantes.

Como recursos pedagógicos para o processo de ensino e aprendizagem, percebemos que a professora utilizava, em sua maioria, atividades xerocopiadas e o livro didático. As correções das atividades, quando feitas, eram realizadas coletivamente, principalmente, no quadro. No que se refere às disciplinas curriculares, Português e Matemática tinham mais destaque, sendo trabalhadas mais vezes por semana. As disciplinas de Ciências e Artes eram dadas, cada uma, uma vez por semana. Educação Física não era ofertada aos Jovens e Adultos e Geografia não tinha um dia específico.

Foi observado como a turma apresenta perfis diversificados de alunos no que se refere à faixa etária, aos níveis de alfabetização e aos conhecimentos de mundo. Alguns já apresentam a leitura e escrita um pouco mais avançada, enquanto outros ainda tinham dificuldade em escrever o próprio nome. Os conhecimentos de mundo, como experiências culturais, sociais e política, eram notórias, de maneira mais acentuada nos mais velhos, no entanto, os mais jovens também apresentavam conhecimentos que deveriam ser considerados.

Devido à heterogeneidade da turma, a prática pedagógica se mostrou mais difícil para a professora conseguir dar suporte a todos os alunos de forma mais específica, priorizando as necessidades individuais. Nesse sentido, percebemos que nosso auxílio ajudou no processo de

ensino e no atendimento das especificidades dos alunos, pois atendemos de forma individual e procuramos observar as dificuldades. Além disso, havia na turma um aluno com necessidades educacionais especiais, que estava sempre disperso, pois não conseguia acompanhar o professor e os colegas, desse modo ao observamos a prática, percebemos que existia essa lacuna, e por isso buscamos dar prioridade a esse sujeito nos momentos de observação e intervenção.

Outro ponto importante foi observado, a forma como os alunos recebiam os conhecimentos passados. Os conteúdos eram abordados sempre de forma já pronta, sem indagações ou reflexões, os alunos somente reproduziam o que viam, por exemplo, as palavras eram ensinadas de forma que, não era feita nenhuma contextualização com o sentido e\ou significado da palavra. Percebemos que a escrita acabava se tornando mecânica e que os sujeitos não participavam no processo de ensino e aprendizagem, e tampouco na construção do conhecimento.

Essa prática observada nos proporcionou indagar como a educação pode silenciar os sujeitos, tornando-os passíveis no processo. Desse modo, a aprendizagem não acontece de maneira tão significativa pelo fato de silenciar a vozes dos seus estudantes, carregando marcas de um ensino tradicionalista, como traz Moll (2004, p. 13)

A introjeção de uma escola silenciosa e silenciadora, cuja linearidade era definida pela professora, apresentando novas lições para serem repetidas e copiadas, é um espectro presente na vida de muitos adultos que retornam à escola. Eles sabem que “naquela” escola não aprenderam, mas aquela é a escola que conhecem e que viram, muitas vezes, repetida na educação dos filhos. É, então, este o modelo que esperam.

Diante das características observadas, tais como a heterogeneidade da turma e a dificuldade das demandas serem supridas, diversas indagações emergiram: como deve ser pensado o planejamento pedagógico da educação de jovens e adultos? Como lidar com a heterogeneidade que é característica dessa modalidade de educação? Como tornar a aprendizagem mais significativa e o ensino dialógico para os estudantes? Como possibilitar uma educação que de fato forme um cidadão crítico, reflexivo e consciente do processo?

3.2 A intervenção

A partir do que foi percebido na observação, a intervenção foi pensada, planejada e colocada em prática. Para pensar o planejamento pedagógico que atendesse às necessidades

da turma, embasamo-nos no que Piconez (2002, p. 98) afirma ser importante, ao se pensar uma proposta educativa da população Jovem e Adulta

- que se conheça esse aluno, sua história de vida, suas expectativas e necessidades, seus processos operatórios de aprendizagem;
- que se considere toda e qualquer bagagem anterior à escola - seus conhecimentos prévios adquiridos em sua cultura de origem, valores, crenças, em seu ambiente de trabalho, etc.;
- que se considere que sua capacidade de aprendizagem é potencialmente capaz de apropriação dos conteúdos científicos e formais;
- que se tenha como resultado a ampliação da capacidade de estabelecer relações entre sua bagagem e o conhecimento novo, com significado, e que se respeite o direito que ele tem de utilizar tanto o conhecimento novo como o anterior, na linha de seu cotidiano.

A proposta pedagógica foi pensada e posta em prática subsidiada por essas reflexões. Buscamos atender a todos os alunos, considerando suas necessidades individuais e os conhecimentos de mundo já elaborados. Por se tratar de um estágio, com carga horária não tão extensa, o trabalho pedagógico não dá conta de ser realizado em sua completude, aliás, dificilmente dará, devido à complexidade do ato educacional. No entanto, buscamos, por meio do trabalho dialógico, colocar o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem.

Os conteúdos foram organizados em planos de aula a partir do que estava proposto no plano de curso disponibilizado pela escola. Os conteúdos se encontravam separados por áreas de conhecimento, e com os respectivos objetivos de aprendizagem. A organização curricular foi mantida para não interferir no trabalho já desenvolvido. No entanto, as mudanças na prática pedagógica foram quase que inevitáveis, pois essa sofre influência da concepção teórico-metodológica que embasa o fazer pedagógico do professor.

Como era um dos objetivos da intervenção dar voz aos estudantes, de certa forma, a modificação da prática de ensino seria inevitável. Além disso, outras mudanças foram realizadas como instigar a escrita consciente e espontânea e não somente cópias prontas. A proposta foi pensada tentando superar essas concepções que, muitas vezes, ainda permeiam todo o ambiente escolar, como traz Moll (2004, p. 13)

Será preciso redesenhar a configuração da escola que vive na memória de cada um e cada uma: em geral a escola do silêncio, [...] do um atrás do outro, do absolutismo do professor. [...] É também a escola da cópia, do caderno cheio, da correção do professor em letra vermelha, da voz uníssona da professora e do sentido total da obediência.

No decorrer das aulas, algumas práticas que eram cotidianas permaneceram, mas com alterações, como, por exemplo, a cópia do cabeçalho no caderno, constando o nome da escola,

a data e a cidade. Consideramos essa atividade adequada à turma, desde que não fosse desenvolvida mecanicamente, por isso, propomos a escrita espontânea seguida de um momento de correção juntamente com a turma. Para a mediação das atividades, utilizamos estratégias metodológicas diversificadas, como interpretação de músicas, vídeos, leitura de imagens e de texto, roda de conversa e exposição dialogada do conteúdo.

O planejamento da intervenção pedagógica foi pensado embasado nos ideais de Paulo Freire de alfabetização de Jovens e Adultos, uma prática dialógica, não puramente o ensino de letras e palavras, mas sim um ato político

Inicialmente me parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. [...] Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. (FREIRE, 1989, p.13)

Para que tal proposta pedagógica fosse possível, a mediação pedagógica foi de suma importância. O processo de ensino e aprendizagem se deu de maneira coletiva, ou seja, as situações foram mediadas de maneira a propiciar a aprendizagem por meio de discussões sobre os conteúdos, resolução e correção das atividades em conjunto. A mediação se deu em todo o processo, objetivando sanar as dúvidas e ampliar o nível de conhecimento dos alunos.

As aulas foram pensadas considerando os diversos níveis de alfabetização dos alunos. Desse modo, as situações de aprendizagem se deram por meio de atividades como ditado dialogado, atividade lacunada, caça-palavras e exposições dialogadas. Foi possível perceber que devido à diferença nos níveis de alfabetização, a mediação do professor foi de suma importância, pois na medida em que as atividades estavam sendo feitas, as dúvidas eram dialogadas coletivamente. Esses momentos foram importantes porque os alunos aprendiam uns com os outros e as dúvidas puderam ser bem mais exploradas, gerando outras aprendizagens e contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem da turma.

Nos momentos de intervenção buscamos orientar os estudantes, tanto coletivamente como individualmente, para propiciar uma aprendizagem mais significativa, mantendo sempre o diálogo. Esse foi sem dúvida um dos alicerces mais importantes da intervenção, como aponta Feitosa, (1999, p. 3) “Para Freire, a base da pedagogia é o diálogo. A relação pedagógica necessita ser, acima de tudo, uma relação dialógica.” Isso implica em ouvir as

vozes dos alunos, permitindo associar os conhecimentos já adquiridos aos conteúdos escolares.

No que se refere aos conhecimentos de mundo que os estudantes possuem e trazem consigo para as práticas escolares, a fim de valorizá-los e potencializá-los, pensamos em atividades pautadas no diálogo e no acionamento dos conhecimentos prévios. O intuito foi de que os alunos conseguissem relacionar os conhecimentos prévios aos apresentados no currículo oficial. Nas aulas como de história, geografia e ciências, o planejamento contemplou temáticas que são importantes para os Jovens e Adultos, como: direitos humanos; meios de transporte e desenvolvimento humano; seca na região Nordeste. Para que essas atividades acontecessem, as metodologias foram diversas, como rodas de conversa, elaboração de cartazes, leitura de imagens, interpretação de música, escrita espontânea e etc.

Como exemplo de metodologia, que buscou ter o sujeito como protagonistas do processo e fazendo a relação dos conteúdos com a realidade, a temática “Direitos Humanos” foi trabalhada da seguinte forma: primeiramente coma exposição dialogada do conteúdo, seguida de uma roda de conversa para debater a temática associando-a com a leitura da obra de Candido Portinari, Os Retirantes. Os estudantes conseguiram fazer relação com o seu cotidiano, percebendo como seus direitos são constantemente violados, os avanços e a conquista dos direitos ao longo do tempo, e como somos responsáveis pela luta dos direitos humanos, ou seja, dos nossos direitos.

Buscamos vivenciar em nossas práticas as discussões de Freire acerca da alfabetização enquanto ato político. Pensar a alfabetização como ato político requer uma prática com objetivos explícitos, sem neutralidade. No estágio os objetivos foram: relacionar os conteúdos com a realidade dos alunos, discutir sobre os direitos e deveres dos cidadãos e desenvolver habilidades necessárias ao cotidiano, tal como, escrever pequenos textos e conhecer diferentes culturas. Ao passo que os conteúdos eram trabalhados a contextualização era realizada, sempre de forma dialogada.

Outro momento importante foi o “Ditado dialogado” realizado com os estudantes. Nessa atividade algumas palavras, que já haviam sido trabalhadas no poema “A verdade”, de Luiz Fernando Veríssimo, foram ditadas para que os alunos fizessem a escrita. No momento do ditado cada palavra foi indagada pelas estagiárias: seu significado, uso no dia a dia, relações da palavra no poema e na nossa sociedade. Palavras como linguagem, homem, chantagem, matar e sexo foram discutidas e várias relações foram feitas pelos alunos com o seu cotidiano. Essa prática é fundamental no processo de alfabetização. Conforme Feitosa,

O alfabetizando é desafiado a refletir sobre o seu papel na sociedade enquanto aprende a escrever a palavra sociedade; é desafiado a repensar a sua história enquanto aprende a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe a palavra história. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência ingênua- também conhecida como consciência mágica- para a consciência crítica. (FEITOSA, 2008, p. 67-68)

A complexidade da Educação de Jovens e Adultos reside em, dentre outras coisas, compreender a necessidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Isso implica uma postura política do professor, ou seja, ser capaz de, por meio, dos conhecimentos construídos socialmente propiciar uma formação crítica do aluno. A ação do professor deve conduzir os alunos a se apropriarem dos conhecimentos científicos, mostrando como são necessários para a compreensão da realidade que os cercam. A exemplo disso é a aquisição da leitura e escrita, sendo que é por meio dessas habilidades que se mergulha em um mundo pouco compreendido pelo sujeito não alfabetizado.

Outro ponto importante vivenciado por nós foi acerca da tarefa de lidar com o perfil heterogêneo da turma. As dificuldades impostas, por exemplo, pelos diferentes níveis de alfabetização e os objetivos distintos de cada um em relação à escolarização foram amenizados no decorrer do processo, pela relação pautada no diálogo e respeito à condição deles como estudante e a nossa como estagiária e, principalmente, aos saberes construídos a partir das experiências de vida de cada estudante. Essas reflexões recaem em uma questão já bastante conhecida - a necessidade de formação do professor. Somente a formação dará subsídios teórico-metodológicos para um trabalho educacional de qualidade e específico para os Jovens e Adultos privados de escolarização.

Apontamentos finais

Este artigo objetivou relatar a experiência de um estágio realizado em uma turma de Jovens e Adultos, em uma escola do município de Guanambi-BA. Buscou-se enfatizar, nesse relato, a importância do planejamento pedagógico que considera o protagonismo do aluno, pautado no diálogo e embasado nas concepções de Freire (1989) da educação como um ato político. Destacamos que essa produção se constitui em um relato da experiência vivenciada, enquanto estagiárias, daquilo que nos foi mais marcante e que poderia incorporar mais conhecimento à nossa formação.

O estágio nos possibilitou compreender a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de educação com especificidades bem próprias. Assim, considerando os saberes

construídos no decorrer do estágio, percebemos a necessidade de uma educação pensada propositalmente para o público Adulto, de modo que, no centro do processo estejam os interesses dos educandos. Para isso, é necessário que o professor esteja em constante formação, pois, só compreendendo o campo da EJA e suas especificidades é que poderá realizar um trabalho significativo, com vista à superação da deficiência de escolarização dos Jovens e Adultos.

Pontuamos que a prática pedagógica necessita de uma constante reflexão, para se avaliar os pontos positivos e também o que poderia ter sido modificado. Nesse sentido, destacamos que o estágio foi fruto da nossa condição enquanto estudantes, ou seja, apresenta, sem dúvidas, muitas lacunas. No entanto, a nossa formação já nos permite olhar para o trabalho desenvolvido e fazer uma autoavaliação, e isso é extremamente necessário à formação do professor, como aponta Ibernón (2001)

A formação do professor terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esse processo de reflexão exige uma proposta crítica da intervenção educativa, uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes (p. 49).

Destacamos, por fim, que a Educação de Jovens e Adultos necessita de um programa educacional com uma intencionalidade explícita, e pra isso é necessário ouvir as vozes dos sujeitos, vozes que muitas das vezes são silenciadas e subjugadas até por eles mesmos. Enfim, é preciso que os interesses do aluno oriente a prática educativa, e isso não que dizer oferecê-lo somente o que diz querer. Mas, por meio dos conhecimentos escolares, fazer com que o Jovem e o Adulto ampliem sua compreensão de mundo e conseqüentemente aja de maneira mais ativa na sociedade, sabendo agir e intervir nas diversas situações cotidianas.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Resolução CNE/CEB 1/2000.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção populacional de Educação.** 1999. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

IBERNÓM, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOLL, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

PICONEZ, Stela. **Educação Escolar de Jovens e Adultos.** Campinas: Papyrus, 2002.